

PENSAR O PAÍS PARA OS QUE VIVEM ENTRE O LATIFÚNDIO E A EXCLUSÃO: O PROJETO AGRÍCOLA DE ANDRÉ REBOUÇAS

Lucília Siqueira*

Resumo

André Rebouças (1838-98), engenheiro, abolicionista e amigo de D. Pedro II escreveu, na década de 1870, o livro *Agricultura nacional. Estudos econômicos*. Trata-se de um conjunto de propostas para a reformulação da agricultura nacional, como a distribuição das terras, a instrução do trabalhador rural nacional, a montagem de uma rede infra-estrutural para transporte dos produtos agrícolas e, principalmente, a aplicação do que chamava de “centralização agrícola”, um modo de conjugar a lavoura das pequenas propriedades com as demais atividades de transformação do produto agrícola, a serem executadas em grandes fazendas centrais.

Palavras-chave

Modernização agrícola; trabalhador rural nacional; distribuição de terras; abolicionismo no Brasil.

Abstract

*André Rebouças (1838-98), engineer, abolitionist and friend of Emperor D. Pedro II, wrote in the 1870s the book *Agricultura nacional. Estudos econômicos* [National Agriculture. Economic Studies]. It is a series of proposals for improving Brazilian agriculture, such as land distribution, land worker education, the construction of structural facilities to transport agricultural products, and mainly the application of what he called “agricultural centralization”, a way of uniting the culture of small properties together with the other activities of transformation of agricultural products, to be carried out in big central farms.*

Key-words

Agriculture modernisation; national land worker; land distribution; Brazilian abolitionism.

Atualmente, a quarta parte da mão-de-obra nacional está empregada na agricultura. Isso faz com que a temática agrícola ocupe lugar de relevância nos distintos projetos de desenvolvimento econômico para o país. Mais notória que essa capacidade de geração de empregos da agricultura tem sido a mobilização dos sem-terra, cujas imagens dos acampamentos de beira de estrada e das ocupações de fazendas a mídia não cansa de veicular. Diariamente, como nunca se viu antes, somos lembrados da massa de gente pobre que a concentração fundiária mantém nas bordas de nossa sociedade.

Na fronteira entre a exclusão e a inserção social, entre o acesso e a expulsão da terra, estão esses contingentes pobres para os quais a reforma agrária nunca sobrevém. Conseguem escapar da exclusão por suas negociações e por sua força de pressão na luta pela distribuição de terra. Percebê-los no limite de nossa realidade social escandaliza o país que, convencionalmente, apresentou-se a partir do centro e do alto: já fomos o país da casa-grande, da família patriarcal, do açúcar, do ouro, do café. Mesmo quando se tratava de elaboração crítica, era o Brasil agroexportador o eixo das estruturas explicativas do país.

Quanto à maneira de construir a história da sociedade brasileira, devemos grande parte de nossa capacidade de desviar o olhar para a população livre pobre ao *Formação do Brasil contemporâneo*, de 1942, de Caio Prado Jr., em que o autor contrapunha à estabilidade da grande lavoura o inorgânico daqueles sujeitos cujo traço mais forte era a mobilidade; insistia na idéia de que o Brasil era, antes de tudo, as populações que se movimentavam.

Lembremos também da imensa novidade que trouxeram à historiografia as vivências bastante concretas mostradas pelo professor Sérgio Buarque de Holanda em *Monções*, de 1945, e em *Caminhos e fronteiras*, publicado em 1957. Esses livros estavam carregados de indivíduos que tocavam a vida caminhando pelas trilhas no meio da mata ou montados em canoas que deslizavam sobre os rios; trocando cultura com os indígenas, esses homens revelavam um Brasil que existia assentado na transitoriedade e na improvisação, repleto de especificidades que não cabiam no latifúndio monocultor, no esquema dual do senhor-escravo.

Há poucas décadas difundiu-se um pouco mais entre nós o auto-exame a partir do que não está no centro de nossa configuração econômica ou no topo de nossa pirâmide social. Agora andamos em busca daquilo que, apesar de não pulsar mais forte, emite seus ruídos, manifesta seus interesses. Assim é que devemos compreender a obra de André Rebouças, como um esforço precoce de pensar o Brasil que estava fora da grande propriedade rural, como uma formulação para as gentes que, embora dentro do território nacional, viviam no anonimato, na margem de uma agricultura agroexportadora pouco lucrativa, que carecia de reformas para alcançar o progresso.

Na segunda metade do século XIX, quando o Brasil, depois de muitas décadas, volta a atingir superávit na balança comercial – graças ao café –, quando as lavouras cafeeiras

do Vale do Paraíba viviam os primeiros momentos de saturação e o café invadia as terras paulistas cada vez mais para oeste, André Rebouças, em 1875, escrevia *Agricultura nacional. Estudos econômicos*, que seria publicado oito anos depois, em 1883, pela Lamoureux, no Rio de Janeiro.¹ Se não chega a constituir uma política agrícola em sentido estrito, o livro é um programa minucioso de reformas a serem implementadas na atividade agrícola de todo o país.

Cumprir notar, de início, que André Rebouças não é propriamente uma amostra da mentalidade brasileira do Oitocentos; é, antes disso, uma figura ímpar. Haveria muito a tratar sobre sua história pessoal,² já que não há muitos como ele: baiano, negro, letrado, sai em defesa da abolição no grupo mais progressista entre os que lutavam pela extinção da escravidão.³ Rebouças pôde fazê-lo porque, apesar de negro, já contava com pai advogado e, com sua formação de engenheiro – parte dela de origem européia –, alcançou bom lugar profissional.

Sua carreira tem dois períodos distintos de aceitação: antes de 1866, quando não consegue exibir seus conhecimentos porque não encontra colocação e, depois dessa data, quando então passa a ser chamado para muitos cargos oficiais. A leitura da documentação oficial brasileira do século XIX deixa ver a carência de indivíduos letrados pela qual passava a administração pública; quem nela adentrava, permanecia no exercício mais variado de funções. É na qualidade de engenheiro militar que Rebouças participa da Guerra do Paraguai; restou-nos seu *Diário: a Guerra do Paraguai*⁴ para conhecer o dia-a-dia dos homens nessa guerra – e, mesmo denominando-se “patriota”, não se furta às críticas às condições a que são submetidos os soldados e à maneira como vinha sendo conduzida a guerra; a esse desapontamento com os assuntos militares se deve sua passagem a engenheiro civil.⁵

Nascido em 1838, Rebouças será um militante do abolicionismo a partir de 1880. Nos jornais e nos contatos com importantes personalidades do governo, o engenheiro guerreava contra a escravidão e perseguia outros ideais. Não se atreveu às esferas partidárias, pois condenava tudo o que se relacionasse à “esteril política”.

Antes da década de 1880, dedica-se a uma grande quantidade de projetos de engenharia para muitas localidades do país; é bastante acelerado o ritmo com que produz e a euforia com que trabalha, simultaneamente, em diversas obras de grande porte – merecem destaque as portuárias: as docas da Bahia, Rio de Janeiro, Maranhão, Pernambuco e Paraíba. As viagens frequentes tornam possível a montagem de um diagnóstico do Brasil e a elaboração do *Agricultura nacional. Estudos econômicos*, “a síntese efetiva do pensamento social de André Rebouças”.⁶

Mesmo sua ida para a África, após a morte de D. Pedro II, em Portugal – com quem estava desde a Proclamação da República –, parece fazer parte do rol de suas preocupações civilizadoras.

Não há aqui a intenção de discutir a figura político-militante de A. Rebouças, nem mesmo sua condição racial, mas de trazer à evidência sua concepção de Brasil – que incluía os descendentes de africanos a serem libertados e os imigrantes europeus – e os caminhos que propunha para a agricultura brasileira. Vai aqui apenas o desenredo do livro: a revelação de sua estrutura, algumas peças de seu estilo e, principalmente, seus elementos mais importantes, isto é, as reformas agrícolas que propunha; poucas vezes, e de maneira epidérmica, fazemos aproximações com a situação que atravessava a cafeicultura naquela altura do século e com as matrizes teóricas de onde teriam surgido as idéias de Rebouças.

O livro *Agricultura nacional* tem os 68 capítulos construídos sobre três temas: regiões brasileiras que teriam sua agricultura submetida a procedimentos comuns, apresentação do modelo de um projeto de lei e o retorno constante aos princípios econômicos defendidos pelo autor. Cada província é tomada em particular, com seus dotes naturais distintos, e recebe a indicação dos procedimentos que devem ser adotados em benefício de sua agricultura – dentre elas, a Bahia, aquela em que nasceu o engenheiro, é “a mais rica do planeta”.⁷

Entretanto, todas as províncias devem obedecer aos mesmos princípios reformadores; primeiramente, o autor concebe o Brasil de modo regionalizado; depois, a partir dessas porções, pretende engendrar a unidade nacional.⁸ Sergipe é dado como exemplo de sua preocupação com a integração, pois não tem pertencido à “família brasileira”, à “mãe-pátria”.⁹

No sentido do convencimento atua uma perspectiva didática, a intenção de facilitar a compreensão do leitor, presente sobremaneira na estruturação de cada capítulo – apresentação da província, as medidas que lhe são adequadas e suas conseqüências –, no recorrer a exemplos de fatos semelhantes em outros lugares do mundo e até mesmo na utilização de letras – A, B e C – para designar indivíduos que, associados, poderiam aumentar sua capacidade produtiva.¹⁰

Suas citações remontam à Antiguidade, nas figuras de Orfeu, Ceres e Prometeu. Em Plínio e em Montesquieu encontra base para a condenação do latifúndio. Citação mais recorrente é a de Michel Chevalier, com *Introduction aux Rapports du Jury International de l'Exposition Universelle de 1867*.¹¹ Segundo o próprio autor, a “ciência econômica” francesa também serviu de inspiração, sobretudo os escritos de Leon Donat e Joseph Garnier.¹²

A substância de suas análises sobre o Brasil encontra-se, em termos de fontes escritas, nos relatórios sobre o estado da lavoura nas diferentes províncias, juntados no *Relatório do Ministério da Fazenda. Estado da Lavoura*, editado no Rio de Janeiro em 1874.

Fundamentado em relatórios oficiais, o livro de Rebouças é eivado de estatísticas – as quais vez ou outra o autor contesta. A cientificidade que procura dar a seu trabalho prolonga-se na constante apresentação de argumentos retirados de estudos de botânicos, agrônomos, químicos, economistas.

Muito acima da linguagem e das fontes, o interesse do livro reside na peculiaridade das idéias liberais do autor; não apenas no lado econômico, como sua defesa da iniciativa individual,¹³ da liberdade comercial¹⁴ e da concorrência como estímulo para produzir melhor,¹⁵ mas também no ideário político, como a luta incansável pela abolição e pela inserção dos ex-escravos na economia agrária nacional. Para seguirmos no destino do progresso, brasileiros e imigrantes¹⁶ deveríamos ser governados pelos bem preparados homens da elite.

O centro do pensamento de André Rebouças, o ponto para onde convergem todas as suas idéias, é o que aqui se convencionou chamar de “cientificismo civilizador”. Explica-se: todo o livro *Agricultura nacional. Estudos econômicos* consiste, de fato, num projeto de civilizar o Brasil a partir de princípios científicos. Conhecendo as diferentes regiões do país, André Rebouças convence-se, pelo que vê, de que o Brasil é, sem dúvida, uma nação que precisa de reformas; é com esse fim que o livro é escrito. Para a realização das reformas que levarão ao progresso, o Brasil precisa de “seus filhos”¹⁷ para vencer o “estado atual de abatimento da agricultura brasileira”,¹⁸ decorrente da “apathia e immobilidade”¹⁹ e do medo, que até esse momento caracterizam os brasileiros. A letargia em que se encontram os brasileiros não é permanente, não tem o poder de, inexoravelmente, carregar o país para o abismo. Rebouças vê, latente no seu povo, uma grande capacidade para o trabalho e o desenvolvimento; o que falta é instrução, “pois superabundão os talentos e as aptidões para todas as sciencias e para todas as profissões”.²⁰

No entanto, a tendência para o progresso não é propriedade da qual todos os brasileiros usufruem, há aqueles – os de mentalidade escravista e rotineira – que têm sido os responsáveis por nosso atraso e há os grupos em que “a vaidade é tão dominante”.²¹ O autor faz a seguinte apreciação da configuração social do Brasil: “Os felizes são políticos, os infelizes empregados publicos; o resto pertence a uma classe anonyma, cujos direitos e cujas garantias ainda é impossivel definir”.²² Civilizar os “anônimos” – os pobres que não estão sob a escravidão, ou que dela vão escapar em breve – é criar a “Democracia Rural Brasileira”.

Ao povo junta-se a natureza. O Brasil também reúne todas as condições naturais para o progresso, basta que lhe seja dado o devido tratamento e que não se proceda como “os barões escravocratas, que já conseguiram esterilisar o fertilissimo valle do Parahyba”.²³ A natureza dadivosa é um bem nacional, o solo brasileiro recompensará os esforços que se fizerem pela agricultura,²⁴ pois não faltam “elementos de riqueza” à nação. Mas nossa

necessidade “é iniciativa individual; é espírito de associação; é emfim devoção real e sincera aos grandes interesses da nacionalidade brasileira”.²⁵

Durante toda a obra, Rebouças agradece a Deus pelos presentes da natureza que reservou ao Brasil. Este país é, certamente, o “predilecto de Deus”.²⁶ Tal preferência também é manifesta fora do território nacional, na relação do Brasil com seus vizinhos, nas vantagens que temos sobre os americanos de origem espanhola: história mais pacífica, manutenção da unidade do território colonial, abundância de recursos naturais e amplos créditos internacionais.²⁷

O patriotismo de Rebouças não consiste em desejar o mal de outras nações;²⁸ ao contrário, o autor afirma condenar o militarismo e a guerra; por isso faz uso recorrente da expressão “família humana”, para a qual convergem todos os povos, na futura unificação das raças. Enxergar-nos em relação a outros países é estimulante, leva-nos ao aprimoramento para melhor concorrer no mercado internacional. Para o autor, é como se as diferentes nações estivessem constantemente se observando, exercendo assim uma vigilância altamente produtiva. Devemos, os brasileiros, encontrar maneiras de melhor produzir: diante da “rotina” escravista com que é preparado o café no Rio de Janeiro, estamos “escandalizando” nossos visitantes estrangeiros.²⁹ Além disso, se os mesmos visitantes quiserem saber o que se pode esperar do Brasil, diz o autor que devem ir a São Paulo,³⁰ onde os imigrantes já trabalham na cafeicultura.

Nesses tempos, na província rural paulista que o engenheiro baiano não via, boa parte dos cafeeiros que invadiam as terras ainda estava nos pequenos sítios, plantados por escravos de baixo valor – doentes e velhos; aqui pouco ou nada circulava de moeda, as experiências com imigrantes nas grandes fazendas ainda eram incomuns e grande parte dos lavradores livres vivia em terra alheia, como camarada, agregado ou “de favor”.

A visão que Rebouças tem do Brasil é, sobretudo, otimista. É um país que, pelas reformas agrícolas e educacionais, será nação das mais avançadas. Encontra-se, em *Agricultura nacional*, a reiteração de mitos que, por mais de século, estiveram infundidos na mentalidade brasileira, como o progresso em latência, nossa superioridade na América do Sul assentada no caráter pacífico da população, a abundância inigualável de nossas riquezas naturais. Carece o país de quem o conduza para o progresso – destino para o qual já se encontra preparado por obra divina – usando dos meios mais racionais e adotando os princípios mais novos da ciência. Inclinando-se para o positivismo, crê Rebouças que os bons líderes, com os princípios mais eficazes, constituem a razão das diferenças entre as nações. Ainda assim, apesar dos traços de positivismo em seus textos, Rebouças não se alinhava ao grupo de positivistas brasileiros, pois eles diferiam na pregação da República, no modo de extinguir a escravidão e, muita vez, num julgamento pessimista do Brasil.

Em *Agricultura nacional*, as sociedades e os povos dividem-se, entre si, em diferentes fases de civilização e qualidades de raça; desse modo, Estados Unidos e Europa são apresentados como modelos de desenvolvimento para o Brasil. Já os orientais não nos servem sequer como lavradores, pois Rebouças vê o trabalhador “chim” como “um triste meio termo entre o escravo e o servo da gléba dos barbaros tempos do feudalismo”,³¹ e faz fervorosa defesa em favor da vinda do trabalhador europeu, alegando para tal a “superioridade incontestável da raça anglo-saxonica”.³² Essa superioridade não embaraça o autor na apologia da figura do mestiço, que tem boas amostras em Carlos Gomes e no Padre Feijó.

O que tem ocorrido aos brasileiros não é resultado de um determinismo racial para o fracasso; ao Brasil faltam os líderes empreendedores das medidas adequadas para levarnos ao progresso, pois temos, inativas e paralisadas pelo latifúndio, as forças necessárias para tal. Veja-se “o caso do senador Vergueiro em São Paulo”.³³ Para o autor, os brasileiros são uma gente que, circunstancialmente, está num estágio de civilização pouco adiantado, privada da atuação de uma elite dirigente. A construção de uma nova agricultura nacional conta não apenas com o talento da gente brasileira a ser despertado e com as riquezas naturais, mas com o “coração” dos brasileiros que, conforme Rebouças, talvez seja mais capaz do que a inteligência presente em outras nações.³⁴

A fim de que as propostas implementem-se rapidamente, Rebouças, além do planejamento socioeconômico que expõe, faz do livro uma espécie de manual, oferecendo aos leitores os modelos de contrato que deveriam ser utilizados e o projeto de lei que formalizaria seu “processo de centralização agrícola”, no qual pequenas unidades plantadoras gravitam em torno de fazendas onde são beneficiados os produtos agrícolas gerados pelos pequenos proprietários. Sabe o engenheiro que seus compatriotas carecem de planos reformadores e do saber mais simples que lhes proporcionaria a implantação dos mesmos planos.

Desde a abertura do livro, tem-se a busca da “Democracia Rural Brasileira”, para dar fim ao latifúndio e distribuir terras entre os imigrantes e os ex-escravos. Pretende que as reformas sejam executadas de maneira pacífica, “sem derramar sangue”, com ajuda da imprensa³⁵ e que se façam “parcialmente e não em globo”,³⁶ obedecendo à especificidade de cada região do território nacional.

Toda atividade econômica do país deve ser modificada baseando-se “no principio da centralização”, que consiste na separação das atividades de produção daquelas relacionadas ao preparo do produto para consumo direto. Assim, na agricultura, esse principio reuniria, de um lado, as atividades ligadas à terra, que seriam de responsabilidade dos lavradores pequenos proprietários, de outro, as tarefas mais relacionadas ao maquinário, sob a posse do fazendeiro central,³⁷ que teria a sua grande propriedade subdividida entre os trabalhadores.³⁸

A defesa da extinção das grandes propriedades faz de André Rebouças um dos que tinha posições mais radicais entre os abolicionistas.³⁹ Era necessário conceder mais do que a abolição ao homem escravizado. Um de seus mais fortes argumentos para a “democratização do solo” é o aumento de produção causado pelo fato de o lavrador estar trabalhando em terra própria, o que, inclusive, teria conseqüências morais favoráveis.⁴⁰

O sistema de centralização traria vantagens ao lavrador e ao fazendeiro central, porque esse teria, através de constantes melhoramentos técnicos, um aumento no preço do produto, e aquele poderia receber seu pagamento imediatamente, no ato da entrega do produto de sua colheita ao fazendeiro. Diz Rebouças que seu livro pretende estimular a nação para seguir na direção do princípio da centralização, “a mais notável reforma agrícola deste seculo!”⁴¹ que construiria no país, por meio de práticas racionalizadoras, uma “indústria agrícola livre, fertilizadora e progressista”.⁴²

Foi em visita aos Estados Unidos que Rebouças convenceu-se da divisão do trabalho como agente do aumento da produtividade e da melhor qualidade do produto – e com maior valor agregado, diríamos hoje. Lá conheceu as pequenas plantações que, diferentemente das brasileiras, não pertenciam aos pobres que viviam “de favor” na terra do grande fazendeiro.

No intuito de apresentar como se estenderia a centralização por todo o Brasil agrícola, o texto vai a cada porção do país, fracionando-o em províncias ou regiões de certas características agrárias comuns, às quais correspondem adequadamente alguns produtos: gado, mate, vinho, seda, algodão, fumo, cacau e outros. Todas as regiões necessitam de ferrovias para melhor aproveitar o processo de centralização agrícola, bem como todas as províncias são passíveis de se tornarem produtoras de café.⁴³

Por ser cultivável em todo o país e principalmente por ser, no momento, o mais importante produto agrícola brasileiro,⁴⁴ é com o café que se inicia a exposição dos princípios fundamentais da centralização. A reunião das atividades do preparo do café para consumo traria ao Brasil o aperfeiçoamento do produto a ser exportado e, conseqüentemente, maiores possibilidades de concorrer no mercado internacional e condições de exigir mais no preço do produto comercializado. O café proporciona ao Brasil os melhores compradores: Estados Unidos e Inglaterra.⁴⁵ Para defender o aumento das lavouras cafeeiras, Rebouças reúne desde o fato de que o café conta, e contará sempre, com alta demanda no mercado de exportações, até argumentos de cunho moral como a substituição do vício de beber álcool pelo vício de beber café: “um tonico, que a moral e a hygiene estão de accordo em proclamar como o verdadeiro successor e substituto das bebidas alcoolicas”.⁴⁶ Quando essas propostas eram escritas, as crises de superprodução no mercado internacional de café ainda não estavam evidentes.

Para o autor, a agricultura cafeeira em São Paulo é um indício da civilização a que se pode chegar através da aplicação dos princípios da centralização agrícola. Civilização aqui é entendida como uma lavoura lucrativa, baseada em procedimentos racionais, com produto final de qualidade e pronto para consumo; lavoura que é, sobretudo, efetuada por mão-de-obra livre, constituída de brasileiros saídos da escravidão e imigrantes europeus, todos feitos pequenos proprietários.

Esse é mais um tema importante do Agricultura nacional: a abolição e a imigração. A primeira seria a “reforma social máxima da Pátria”,⁴⁷ calhando com o período pelo qual o país passa e vindo a propósito de uma configuração “cientificamente” – e moralmente – indicada ao Brasil.

André Rebouças opõe-se àqueles que, por apego ao escravismo e a uma mentalidade “rotineira”, insistem em postergar a abolição em nome da “falta de braços” para a agricultura nacional. Com números, o engenheiro responde que a nação dispõe de índios, mestiços e escravos que poderiam ser libertados.⁴⁸ Pouco adiante, assenta que, para resolver a possível falta de braços para a lavoura, é preciso pôr fim à escravidão, aproveitar a população nacional e incentivar a imigração. O Brasil precisa, portanto, aperfeiçoar os seus trabalhadores negros – há os escritos propriamente abolicionistas do autor sobre o assunto –, civilizar os índios, tarefa a que nos obrigam a caridade e a qualidade do trabalho de extração do indígena,⁴⁹ e trazer imigrantes, preferencialmente o europeu.

Assim, Rebouças dispõe as peças do quadro social brasileiro no seu discurso. O engenheiro espera mudanças operadas por seu proselitismo, que considera mais racional, e não vê os embates sociais, as duras resistências dos grupos dominantes. Para o autor, trazer imigrantes para o país requer que sejam efetuadas reformas para conter a ingerência do catolicismo no Estado e refrear o militarismo e as oligarquias. As mesmas providências são necessárias para que a entrada de capital estrangeiro se faça de maneira mais satisfatória.⁵⁰ As oligarquias são um impedimento à imigração por se conservarem escravistas; o militarismo parece ser um erro de investimento para o engenheiro, que, ao tempo da Guerra do Paraguai, vê a crise agrícola que assola o país.⁵¹

Exemplo de sucesso no empreendimento da imigração é o senador Vergueiro, homem inúmeras vezes citado e alvo de freqüentes elogios. Vergueiro faz parte do oásis de civilização representado por São Paulo. Contudo, Rebouças espera que o sistema de centralização supere em vantagens o sistema de parceria; inclusive, traz descritas em detalhes as vantagens: “subdivisão racional” de terra, cultura de maneira intensiva e não extensiva, pagamento imediato ao colono, melhor conservação das qualidades do solo, satisfação da necessidade de se possuir a terra.⁵²

Mais do que os detalhes na exposição da centralização para benefício da imigração, são insistentes os cuidados que a nação deve tomar para receber os trabalhadores estrangeiros, porque os governos europeus andam proclamando sobre os proprietários brasileiros que “Querem escravos brancos agora que a Inglaterra os impedio de ter escravos pretos!”.⁵³ Assim, a abolição é passo imprescindível para a implantação do trabalho imigrante no país; nesse sentido, Rebouças defende concessões governamentais – como a isenção de impostos – às “empresas” que mais libertarem escravos e mais empregarem colonos.⁵⁴

A preocupação com o Brasil é sempre no nível de médio e longo prazos; não se pode obter em *Agricultura nacional*, apesar da proposição de medidas urgentes, uma visão imediatista que buscasse lucros fáceis e soluções rápidas para o país. Há propostas do engenheiro que, como a própria abolição e a divisão de terras, têm cunho estrutural ou então trariam benefícios de longa duração – é o caso da eletricidade, da descentralização administrativa, de seu repúdio à especulação, de sua defesa de princípios eminentemente liberais como a não-intervenção econômica do Estado, a liberdade comercial, a concorrência, o “espírito de associação”, a iniciativa individual e a atenção com que trata a dívida externa brasileira.⁵⁵ No livro, encontram-se até mesmo preocupações com a modificação dos mecanismos de fiscalização das atividades produtivas, os quais seriam mais transparentes e lícitos se ficassem no âmbito provincial e mais eficientes se tivessem critérios mais práticos e menos burocráticos de atuação.⁵⁶

As mudanças que *Agricultura nacional* propõe caminham no sentido do desenvolvimento interno, da criação de uma nova configuração social para o país, que implique uma posição mais estável no cenário internacional e não apenas a obtenção de índices econômicos mais favoráveis. O abolicionista vê no “progresso e bem-estar das populações rurais”⁵⁷ um grande e louvável objetivo a ser alcançado.

É imperativo fazer crescer o apreço pelas atividades da lavoura. Enquanto aqueles que podem estudar se lançarem somente aos estudos do Direito, enquanto o trabalho com a terra permanecer preconceituosamente ligado ao elemento servil e à idéia de tarefa menor, nada de efetivo pode ser feito por nossa agricultura. Há algumas medidas que concorreriam para melhorar a relação entre os brasileiros e a labuta rural; dentre elas, o não recrutamento do lavrador, que evitaria a contínua fuga de trabalhadores rurais atormentados por esta “caça”.⁵⁸ Outros auxílios viriam do sentimento de propriedade da terra, que colabora na civilização do trabalhador,⁵⁹ e da freqüência às exposições, concursos e feiras internacionais.⁶⁰ Volta-se aqui ao problema da instrução para a agricultura. Rebouças afirma que “o alpha de toda a reforma é a educação”⁶¹ e que precisamos eliminar “essa repugnancia geral para o trabalho productivo”.⁶² Isto é, urge dar instrução agrícola ao brasileiro e, ao mesmo tempo, buscar os saberes mais novos em outras nações enviando “engenheiros e lavrado-

res inteligentes a Caracas (...) aprender ahi os processos mais aperfeiçoados de preparação de cação”.⁶³

Assim, *Agricultura nacional* é, antes de tudo, um projeto civilizador, cuja base encontra-se, principalmente, no estudo de técnicas agrícolas “modernas”; pode-se alcançá-las levando brasileiros ao exterior, trazendo resultados de eventos internacionais ou indivíduos estrangeiros, ou ainda, finalmente, instalando escolas agrícolas no interior das fazendas centrais, de maneira a conseguir reproduzir continuamente a mão-de-obra necessária.

Impressiona a perspicácia do engenheiro que, há mais de um século, tocava em questões como a completeza do círculo de produção na agricultura, pregando a necessidade da “industria pastoril” ou da utilização das cascas de café para adubamento do solo.⁶⁴ Talvez mais surpreendente ainda seja o adiantado de suas propostas para o fornecimento de energia através da natureza – moinhos de vento, cascatas⁶⁵ – e para a convivência das atividades de conservação e exploração nas florestas nacionais.⁶⁶

André Rebouças era sabedor da surpresa que causaria; tanto assim que bradava: “Tudo isso, que figurámos, não é uma utopia”.⁶⁷ Já contava com a pouca credibilidade de sua “sciencia”.

Arvorando-se de racional e científico, André Rebouças resvala no moralismo numerosas vezes, outras tantas espargue religião pelo texto.⁶⁸ Ainda que tais elementos escapem da racionalidade tão fervorosamente resguardada, o engenheiro sustenta todo seu programa agrícola em dois pontos fundamentais: o primeiro é a civilização dos brasileiros, isto é, urge educá-los nos princípios mais modernos – o que inicia nos conhecimentos para agricultura, passa por desenvolver-lhes nova mentalidade para o trabalho braçal e acaba em dar-lhes boa dose de empreendedorismo. O segundo ponto, tão importante quanto a civilização, numa senda comtiana, é termos chefia adequada para fazer fruto na árvore da nação, que já é boa, está em bom solo. Carecemos do líder que faça andar rumo ao progresso tudo que temos e que não está manifesto. Para o baiano, a diferença que amargamos com os países mais avançados está na boa orientação que tiveram; se a culpa pelo atraso brasileiro está no escravismo e no latifundismo da elite, seu avanço também depende dela, pois é na elite que se produzem os homens de ciência, inteligentes e perspicazes para discernir o que nos é imperativo e o que nos calha bem.

Conquanto possamos facilmente perceber seus laivos elitistas, o grande valor do *Agricultura nacional* está na preocupação com a gente pobre, da qual pouco se falava no século XIX e durante a primeira metade do século XX, quando as tentativas de compreensão do país insistiam em vê-lo de cima para baixo, do centro para a periferia, do latifúndio para fora, das lavouras nacionais para o mercado internacional. Para Rebouças, a centralização da agricultura em torno de algumas unidades produtivas de ponta, bem como líderes

capazes de abolir a escravidão e o latifúndio improdutivo, tudo isso se deve realizar em nome de dar propriedade de terra e chance de inserção no mercado aos muitos brasileiros para os quais nada se havia feito até então.

Sabemos que, nas décadas em que Rebouças expunha-se como reformador social, a grande propriedade agroexportadora seguia seu avanço e, nesse percurso, expulsava as populações pobres que viviam da lida em pequenos pedaços de terra. A massa de lavradores estava, havia séculos, sendo empurrada para além das fronteiras de expansão agrícola; as pesquisas mais recentes têm mostrado que, em algumas regiões onde a desvalorização da terra se seguia ao êxodo dos latifúndios, os pequenos plantadores chegavam a retornar, a ocupar terras que anteriormente abrigavam engenhos e fazendas. Numa ou noutra margem, adiante da expansão agrícola ou na contramão da grande lavoura, os lavradores pobres do Brasil, aos quais se juntariam os ex-escravos – como previa Rebouças –, estavam sempre nas bordas, criando suas formas de viver na fronteira entre o latifúndio e a impossibilidade de subsistir.

Recebido em junho/2003; aprovado em setembro/2003

Notas

* Doutora em História Social pela USP e professora no Departamento de História da PUC-SP.

¹ O exemplar aqui utilizado encontra-se na biblioteca do IEB – Instituto de Estudos Brasileiros/USP.

² Ver LOUZEIRO, José. *André Rebouças*. Rio de Janeiro, Edições Tempo Brasileiro Ltda, 1968.

³ CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil. 1850-1888*. Tradução de Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978, p. 193.

⁴ REBOUÇAS, André Pinto. *Diário: a Guerra do Paraguai (1866)*. Introdução e notas de Maria Odila Silva Dias. São Paulo, IEB/Edanee, 1973, pp. 5 e 7.

⁵ *Ibidem*, p. 16.

⁶ JUCÁ, Joselice. *André Rebouças: reforma & utopia no contexto do Segundo Império: quem possui a terra possui o homem*. Rio de Janeiro, Odebrecht, 2001.

⁷ REBOUÇAS, A. *Agricultura nacional. Estudos econômicos*. Rio de Janeiro, Lamoureux, 1883, p. 70. Doravante, todas as notas referentes a este livro virão sob a rubrica “op. cit.”.

⁸ O propósito de integrar as diferentes regiões do país numa totalidade nacional participa da reflexão de muitos pensadores brasileiros contemporâneos de A. Rebouças; mais especificamente, está presente no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, criado no ano do nascimento de nosso autor, cf. GUIMARÃES, Manuel Luís Salgado. *Nação e civilização nos trópicos: e o projeto de uma história nacional. Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 1, pp. 5-27, 1988.

- ⁹ REBOUÇAS, A., op. cit., p. 68.
- ¹⁰ *Ibidem*, p. 10.
- ¹¹ Em vários de seus textos, Rebouças torna clara a importância que dá às exposições internacionais.
- ¹² JUCÁ, Joselice., op. cit., p. 115.
- ¹³ REBOUÇAS, A., op. cit., p. 9.
- ¹⁴ *Ibidem*, p. 44.
- ¹⁵ *Ibidem*, p. 37.
- ¹⁶ O autor advoga a concessão a todos os imigrantes do direito de se naturalizarem brasileiro.
- ¹⁷ REBOUÇAS, A., op. cit., p. 15.
- ¹⁸ *Ibidem*, p. 12.
- ¹⁹ *Ibidem*, p. 323.
- ²⁰ *Ibidem*, p. 69.
- ²¹ *Ibidem*, p. 322.
- ²² *Ibidem*, p. 358.
- ²³ *Ibidem*, p. 29.
- ²⁴ *Ibidem*, p. 56.
- ²⁵ *Ibidem*, p. 59.
- ²⁶ *Ibidem*, p. 370.
- ²⁷ *Ibidem*, p. 109.
- ²⁸ *Ibidem*, p. 108.
- ²⁹ *Ibidem*, p. 74.
- ³⁰ *Ibidem*, p. 121.
- ³¹ *Ibidem*, p. 26.
- ³² *Ibidem*, p. 13.
- ³³ *Ibidem*, p. 115.
- ³⁴ *Ibidem*, pp. 11 e 12.
- ³⁵ *Ibidem*, p. 307.
- ³⁶ *Ibidem*, p. 335.
- ³⁷ *Ibidem*, p. 5.
- ³⁸ *Ibidem*, pp. 64 e 118.
- ³⁹ CONRAD, Robert., op. cit., p. 335.
- ⁴⁰ REBOUÇAS, A., op. cit., p. 126.
- ⁴¹ *Idem*, p. 365.

- ⁴² Ibidem, p. 14.
- ⁴³ Ibidem, pp. 44 e 318.
- ⁴⁴ Ibidem, p. 17.
- ⁴⁵ Vale lembrar que, desde 1860, o maior comprador dos produtos de exportação brasileiros são os Estados Unidos que, nessa data, ultrapassaram a Inglaterra.
- ⁴⁶ REBOUÇAS, A., op. cit., p. 38.
- ⁴⁷ Ibidem, p. 3.
- ⁴⁸ Ibidem, p. 50.
- ⁴⁹ O autor trata dos indígenas ao propor reformas para a província de Goiás. Ibidem, p. 101-102.
- ⁵⁰ Ibidem, pp. 97, 107 e 301.
- ⁵¹ Mesmo algum tempo depois da guerra, segundo REBOUÇAS, A., *Agricultura nacional*, p. 322, ainda não pudemos destinar verbas suficientes para a agricultura. Ver REBOUÇAS, A., *Diário: a Guerra do Paraguai (1866)*, introdução e notas de Maria Odila Silva Dias. São Paulo, IEB/Edanee, 1973.
- ⁵² REBOUÇAS, A., op. cit., p. 125.
- ⁵³ Ibidem, p. 290.
- ⁵⁴ Ibidem, p. 367.
- ⁵⁵ Ibidem, respectivamente, pp. 75, 55, 75, 12, 44 e 278.
- ⁵⁶ Ibidem, p. 325.
- ⁵⁷ Ibidem, p. 93.
- ⁵⁸ Ibidem, p. 95.
- ⁵⁹ Ibidem, p. 126.
- ⁶⁰ Ibidem, p. 115.
- ⁶¹ Ibidem, p. 357.
- ⁶² Ibidem, p. 323.
- ⁶³ Ibidem, p. 55.
- ⁶⁴ Ibidem, p. 93.
- ⁶⁵ Ibidem, p. 138.
- ⁶⁶ Ibidem, p. 142.
- ⁶⁷ Ibidem, p. 121.
- ⁶⁸ A incidência de vocábulos religiosos no texto de Rebouças é grande, mostrando sua face crente e esperançosa. O Criador dotou o Brasil de imensas qualidades e é colaborador do seu progresso, porque *duplica o trabalho do homem brasileiro* (p. 15). Diz Rebouças que as reformas trarão, *esperemos em Deus, todos estes milagres* (p. 88). Além da atuação divina na realidade econômico-social do país, há palavras religiosas que são unicamente recursos estilísticos; é o caso em que a descrição da província do Paraná passa pela comparação de sua temperatura àquela *do paraíso terrestre* (p. 85).